

SISTEMA CANTAREIRA

Outorga faz 30 anos em agosto; presidente da ANA vê possibilidade de bancar tese do Comitê-PCJ

Gestão compartilhada é viável, diz Kelman

Carolina Farias
Free-lance para a Folha Campinas

A renovação da outorga do sistema Cantareira, em agosto deste ano, será um marco na gestão dos recursos hídricos da ANA (Agência Nacional de Águas).

A afirmação é do presidente da instituição, Jerson Kelman, 54, que atribui a importância ao número de habitantes atingidos e ao esforço para chegar a um consenso entre os interesses envolvidos. "Existem poucas outorgas que afetam a vida de tantos milhões de habitantes", declara o presidente da ANA.

A agência, criada em 2000, tem a função de resolver os conflitos que cercam o tema.

A atual outorga pertence à Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) e completa 30 anos em agosto.

O sistema de reservatórios do Cantareira abastece 9 milhões de pessoas na Grande São Paulo e influencia diretamente o abastecimento de 4 milhões de habitantes da região de Campinas.

O presidente da ANA, que é engenheiro civil e PhD em hidrologia e recursos hídricos pela Colorado State University, nos Estados Unidos, prefere não comentar pontos específicos da outorga, pois ainda não tem conhecimento de todos os detalhes técnicos envolvidos.

Para ele, a gestão compartilhada proposta pelo Comitê-PCJ (Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá) é plenamente possível, desde que as regiões tenham mecanismos de flexibilidade e negociação.

De acordo com Kelman, a ANA está em negociação com os governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais para a realização de outorgas homogêneas na bacia do Piracicaba, que possui rios de domínios estaduais e da União.

Folha - O que a ANA analisa para a renovação da outorga do sistema Cantareira?

Jerson Kelman - A ANA, juntamente com o Dae [Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo], examina estudos técnicos que comparam a disponibilidade de água com as demandas atuais e as projetadas no futuro na região receptora e na região doadora.

Folha - O que esses estudos já demonstram?

Kelman - Os primeiros estudos técnicos estão demonstrando que, a rigor, existe água suficiente. Água bem utilizada não vai faltar. O que achamos razoável é que situações aflitivas como as recentemente vividas em São Paulo sejam evitadas, construindo, de comum acordo com o Dae e o Comitê-PCJ, uma limitação da máxima retirada de água do Cantareira, sem distinções. E essa máxima descarga do Cantareira teria uma função de armazenamento. Se os reservatórios estiverem cheios, é possível tirar água sem preocupação. Se estiverem vazios, devemos ser mais parcimoniosos para evitar um colapso de abastecimento. É uma alternativa técnica que estamos analisando.

Folha - O Sr. conhece a proposta de gestão compartilhada do comitê, que estabelece um limite de água retirada pela Sabesp para abastecer São Paulo e uma evolução de volume de água liberado para a região de Campinas?

Kelman - É natural que façam parte da outorga limites de retirada de água, um limite global em função do armazenamento. Não decidimos ainda, mas estamos estudando nessa direção, nessa linha de raciocínio. De igual maneira, faz sentido que esse limite seja partilhado entre as regiões doadora e receptora. A outorga pode consubstanciar uma divisão dessas águas. Ainda é possível

que se crie alguma entidade ou alguma comissão que acompanhe o dia-a-dia, pois é preciso criar mecanismos de flexibilidade.

Folha - E como esse esquema funcionaria?

Kelman - Vamos usar um exemplo de região A e região B. Se a região A tem direito a usar a água em certa circunstância de uma quantidade de metros cúbicos por segundo e ela não está precisando, temos de ter um arranjo qualquer que seja suficientemente flexível e inteligente para que a região A, se não estiver precisando, não use só porque tem direito. Essa região poderá abdicar daquele direito, momentaneamente, em troca de uma compensação da região B mais à frente, quando ela precisar. É preciso que as regiões A e B tenham um mecanismo qualquer que admitam flexibilidade no uso da água e, quando não precisar, emprestar para a outra região. Quanto mais flexível, melhor. No entanto, a outorga não trata do dia-a-dia. Ela trata dos limites, dos direitos. E o exercício do direito tem de ser objeto de um esquema que admita negociação.

Folha - O Sr. acredita que é possível realizar uma outorga de dez anos como o Comitê-PCJ propôs?

Kelman - Vamos examinar argumentos para prazos menores ou maiores. Viável sempre é. É uma decisão da ANA a duração da outorga. Em princípio, o ideal é dar outorga de longa duração. Em tese, porque a lei diz que a outorga de longa duração é dada porque a empresa concessionária faz investimentos de longa duração. Ninguém investe em uma coisa que tem maturação de 30 anos só tendo acesso à água em dez anos. Então, em princípio, eu tenho dúvidas quanto à proposta, mas quero examinar as motivações dessa proposta.

Folha - O peso das propostas do Comitê-PCJ é técnico ou político?

Kelman - São ambos. Serão examinadas [as propostas] por ambos os ângulos. É claro que o Comitê-PCJ é um fórum político e sua manifestação tem de ser levada com consideração e respeitada pela ANA.

Folha - Existem outras regiões no Brasil onde existem conflitos pelo uso da água?

Kelman - Se não existissem disputas pela água, a ANA não deveria existir. A única razão para a ANA existir é o conflito. Isso é nosso dia-a-dia. Não ficamos aflitos com essa situação. Nós fomos criados para ajudar a resolver esse problema. Um exemplo é a bacia do rio São Francisco, onde existe competição pelo uso da água.

Folha - A renovação da outorga é um marco para a ANA?

Kelman - Sim, pois todos os lados não estão procurando só seus interesses, mas olhando os interesses do país.

FARIAS, CAROLINA. **Gestão compartilhada é viável.** Folha de São Paulo, São Paulo, 27/06/2004.